



Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 06.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Valderi Mendes Vilela.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Matos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, David Cheriegate, Ferrari Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Rafael Greca e Rubens Bueno (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal, dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal, dos Srs. Deputados)

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Sr. Secretário de Estado de Esporte e Turismo, Dr. Edson Gradia, visitando o Plenário da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaríamos de registrar também a presença do Companheiro Rafael Lamar, Chefe de Gabinete da Secretaria de Esporte e Turismo, que muito nos honra com sua visita, acompanhando o Sr. Secretário.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, está confuso. Os Companheiros não estão conseguindo ouvir para responder à chamada. O Deputado 1º Secretário, o grande companheiro Ezequias Losso, podia ser mais lento, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - Trata-se da 2.^a chamada, Senhor Deputado, por isso que está sendo feita mais rápida.

31 (trinta e um) Srs. Deputados se encontram presentes, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 31 (trinta e um) Srs. Deputados responderam à chamada. A ata está Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/44 e 45/91, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

582/90: do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que cria 352 empregos de Agente de Reclusão II, no quadro de pessoal CLT, do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, o qual convertido em Lei tomou o nº 9531. Anote-se - Arquive-se.

527/90: do PODER EXECUTIVO, que cria os cargos que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9532. Anote-se - Arquive-se.

Ofício n° 278:

Curitiba, 15 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Com o respeito e acatamento devidos, formulamos o presente, com o intuito de informar a essa Presidência, que estarei ausente na sessão plenária a realizar-se no dia de hoje. O motivo do não comparecimento prende-se ao fato do deslocamento a Brasília quando, integrando a Comissão Interpartidária que estuda o Sistema Financeiro Estadual, a mesma ouvirá a Diretoria do Banco Central.

Sendo só para o momento, reitero o meu real apreço e distinguida consideração.

Atenciosamente,

(aa) RUBENS BUENO
BASÍLIO ZANUSO
LUCIANO PIZZATTO
ALGACI TÚLIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n° 152/90, referente à criação da Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 42 da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a serem obedecidos na sua utilização.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) RUBEN BUENO.

REQUERIMENTO N° 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, para apreciação do Plenário, da Redação Final do Projeto de Lei n° 495/90, que altera os fins sociais da COPASA.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 3034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da sessão de quarta-feira (16.01.91), do Projeto de Lei n° 323/89,

que dispõe sobre a criação, fusão e desmembramento dos municípios, de autoria do Deputado David Cheriegate.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO N° 3026-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 553/90, que autoriza a retirada do Estado do Paraná do BRDE.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 3029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões o Projeto de Lei n° 611/90.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO N° 3035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 003/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Palmital para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Laranjal.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO.

REQUERIMENTO N° 3036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35

do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 005/91, que altera a Redação do Memorial Descritivo contido no artigo n° 1, da Lei n° 9.444, de 20 de novembro de 1990.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 3027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações ao jornal "GAZETA DO POVO", com os cumprimentos dirigidos ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Proprietário.

Transpondo os limites da mera função de informar, a verdadeira imprensa, embuída nos melhores propósitos, deve ter o papel precípua de formar, contribuindo para o progresso da Nação, Estado, Município ou de uma simples comunidade.

O Jornal "GAZETA DO POVO" tem trilhado o caminho da formação. O seu objetivo é empunhar bandeiras - não de partidos, de seitas religiosas ou correntes classistas isoladas - mas levantando teses sobretudo paranistas, cumprindo assim o papel da formação econômica, política, cultural e socialmente.

Não bastam empunhar bandeiras, por mais nobres que sejam as causas que simbolizem. É preciso, acima de tudo, determinação, audácia e combatividade. É necessário a coragem e o espírito sempre estimulado para se contrapor a qualquer percalço.

Os dez anos fazendo um verdadeiro movimento de luta em favor dos "royalties", a "GAZETA DO POVO" não esmoreceu. Levamos muito tempo para ver reconhecida uma luta vital para este Estado, jamais esquecido pelo Jornal, através de diversos editoriais mostrando a real importância para recompensar os municípios, notadamente os que se encontram na região da Hidroelétrica de Itaipu, em face das terras férteis alagadas. Tanto é assim que estamos dando entrada nesta Casa, a um requerimento solicitando a imediata inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 152/90, que regulamenta a matéria do "Royalties" no Paraná.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, congratulamo-nos com a "GAZETA DO POVO", que, a cada passo de uma edição, reafirma o seu compromisso em favor do engrandecimento do Paraná, que agora ao vencer esta luta, revigora o seu orgulho e se posiciona novamente para novos embates, firme e decididamente.

Sala das Sessões, em 25.01.91

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO N° 3023

Senhor Presidente.

O Banco do Brasil é a mais antiga instituição financeira do país, tendo cumprido ao longo destes quase dois séculos de atividades, inestimável papel como propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Os governos são transitórios e passam deixando um rastro de erros e acertos. O Banco do Brasil permanece e tem sobrevivido a todas as dificuldades. Mas, no bojo das medidas pirotécnicas que o atual governo tem insistido em adotar, cogita-se agora o desmantelamento do Banco do Brasil, travestindo esse ataque contra o patrimônio do povo brasileiro como um imperativo da falsa modernidade que permeia o discurso dos atuais governantes.

Os funcionários do Banco do Brasil, tomando uma iniciativa que não pode ser classificada de corporativista, saíram em defesa da instituição que ajudaram a construir. Em carta aberta dirigida à população, eles alertam para o verdadeiro golpe armado contra a instituição. Pretende-se fechar 205 agências e 525 postos de serviços já a partir deste mês, colocando-se mais 800 agências sob "observação". A pretexto de enxugar a estrutura do Banco do Brasil, querem promover a sua retirada das localidades onde a sua presença é mais importante. Nega-se o papel da instituição com base numa lógica capitalista canhestra e atrasada que não diferencia a finalidade de um banco estatal, voltado ao fomento da agricultura e do desenvolvimento integrado, dos objetivos meramente lucrativos dos bancos privados.

Não é necessário enfatizar o importante parceiro dos agricultores que é o Banco do Brasil. Este ano, quando o governo faltou com seu compromisso de liberar recursos do Tesouro para o crédito agrícola, o Banco do Brasil conseguiu atender em parte as necessidades dos agricultores com recursos próprios. É claro que a política ditada pela equipe econômica do governo para o Banco do Brasil está longe de privilegiar o financiamento à agricultura.

No entanto, não podemos assistir impassíveis à desintegração do Banco do Brasil imbutida nesta proposta de fechamento de agências e postos de serviço, bem como da demissão de funcionários. A implementação de tais medidas contraria os interesses da sociedade, ao mesmo tempo que privilegia os grandes bancos privados que passarão a ocupar os espaços cedidos pelo Banco do Brasil.

Diante destes argumentos e outros que possam ser acrescentados, consideramos fundamental uma manifestação firme desta

Casa em defesa do Banco do Brasil, fazendo coro à Federação dos Bancários do Paraná, ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e demais sindicatos da categoria no Estado que assim já se pronunciaram.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) PEDRO TONELLI.

Apoio: Rubens Bueno.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Do Artigo 59, fica suprimido o seu parágrafo único.

Art. 2° - Dá nova redação ao artigo 60, da Remuneração e da Ajuda de Custo, que passa a ter o seguinte conteúdo:

*Capítulo IV....

Terá direito à remuneração o Deputado que comparecer a pelo menos 2/3 do período da Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.01.91

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: Pedro Tonelli, Nelson Vasconcelos, Hermas Brandão e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Constituída da representação, do subsídio e da ajuda de custo, a remuneração parlamentar deve ser colocada de modo cristalino, a fim de que a população, exercendo o seu pleno direito, saiba de tais encargos.

Imaginava-se que o resultado das urnas fosse melhor interpretado pelos políticos. Motivada por inúmeras razões, entre elas a repulsa, descrédito ou indiferença, a sociedade deixou muito clara a sua posição, ela exige mudanças, sobretudo profundas.

A exemplo de outras instituições, o Poder Legislativo desde as Câmaras Municipais, Assembléias dos Estados até o Congresso Nacional, necessita, urgente e eficazmente, promover transformações, onde o interesse do País fique acima das questões político-partidárias.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos o presente requerimento, com o claro intuito de, através de ações concretas, procurar resgatar a atuação parlamentar desta Casa, objetivando tornar cada sessão plenária o foro maior e legítimo do legislador, cuja presença, mais do que constante, tem que ser permanente. Pois não se pode admitir que a falta de quórum constitua na inviabilização dos trabalhos legislativos, em prejuízo de inúmeros interesses, particularmente os deste Estado; ou que muitas vezes as mesmas matérias sejam votadas de afogadilho, sem um criterioso exame, cuja análise pon-

derada e justa este Poder jamais pode prescindir.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças nos demais partidos, concedo a palavra ao PDC, no Horário da sua Liderança.

Com a palavra o Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando esses últimos dias do nosso mandato, nós queríamos fazer um agradecimento de público a todos esses companheiros e colegas, com os quais tivemos a oportunidade de conviver nos últimos oito anos.

Foram oito anos de aprendizado, oito anos de uma convivência, no meu entender, sadia. Convivência essa que eu jamais esquecerei ao longo da minha vida.

Aprendi muita coisa e muitas coisas certas e também porque não, vi coisas erradas.

Agradeço não só aos meus companheiros, primeiramente de Bancada do PMDB, mas indistintamente sem cor partidária, aqueles os quais nós pudemos conviver harmonicamente e dentro de um espírito democrático, o qual nós sempre procuramos fazer com que esta Casa seja.

Foram momentos de muitas vitórias, evidentemente tivemos algumas derrotas, mas em fim o saldo foi positivo. Muitas vezes não fomos entendidos pela imprensa em cujo rol existem jornalistas e "jornalistas". Jornalistas que merecem a confiança não só desta Casa, mas como do povo de um modo geral. Jornalistas que honram a sua profissão e outros que nem sequer serviriam para varrer o seu jornal.

Fomos acusados no último domingo de estarmos fazendo um suposto "trem da alegria". Dirigindo-se a nossa pessoa como um possível autor, nem sequer autor existe, nem sequer projeto existe e fomos citados como um possível autor de um "trem da alegria". Quem sabe essa pessoa que escreveu quisesse porventura participar de um possível "trem da alegria" que nunca existiu e creio eu que não existirá. Mas, deixo isto como uma lacuna dentre aqueles acontecimentos que acontecem volta e meia dentro desta Casa, porque ainda existem jornalistas sérios e jornalistas capazes que vão continuar trabalhando dentro desta Casa, fazendo cobertura política e escrevendo aquilo que de fato é realidade. Portanto, o que vem de baixo a mim não atin-

ge. Fui citado, mas citado de uma maneira escusa, de uma maneira medíocre, pois nem sequer pretendíamos fazer tal projeto de lei, que nem era projeto de lei, se fosse, caberia um projeto de resolução. O tempo, evidentemente, vai fazer com que se apaguem desta página virada de mais um dia de coisas escritas por jornalistas, entre aspas, que não merecem nem sequer pisar dentro desta Casa. Aproveito a oportunidade, meus companheiros, meu caro Presidente, à Mesa Executiva, todos os Deputados os quais eu pude conviver nestes últimos anos, pelo que eu aprendi, pela nossa convivência, por aquilo que eu pude dar ao meu Estado, à minha contribuição e o meu trabalho. Quero continuar trabalhando. Não disputei as últimas eleições, por minha vontade própria, mas nem por isso vou deixar de atuar na vida política, meu caro Presidente. Deixei a porteira aberta para continuar trabalhando pelo meu Estado do Paraná, o qual, não por opção, mas por nascimento, eu aqui convivo e eu aqui quero morrer e quero continuar trabalhando pelo Estado do Paraná e pela minha região.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - V. Exa. permite um aparte, Deputado Eduardo Baggio? (Assentimento).

Deputado Baggio, é com tristeza que vemos V. Exa. se despedir desta Casa. O seu caráter, o seu passado, a sua vida, só enobreceram esta Casa. E tenho o prazer e a honra de dirigir este aparte a V. Exa. porque não só pelos laços de amizade e de parentesco, mas principalmente pelo grande Vice-Presidente que V. Exa. foi quando nós tivemos a ocasião de Presidirmos esta Casa por anos. V. Exa. pela sua maneira correta de ser, a sua vida familiar, a sua vida como empresário bem sucedido, o seu caráter, a sua tradição, o Paraná precisa de homens do gabarito e do quilate de V. Exa. Infelizmente V. Exa. não foi candidato. Esta Casa vai sentir saudades do amigo e do companheiro e da retidão de caráter com que V. Exa. sempre pautou a sua vida pública. Somos sabedores e temos sido vítimas, Deputado Eduardo Baggio, de alguns jornalistas, mas daqueles jornalistas que procuram aparecer na vida jornalística do nosso Estado e do nosso país, procurando manchetes mentirosas e não verdadeiras, porque o jornalismo é o quarto poder desta República, mas feito por jornalistas como 90% dos que compõem a imprensa paranaense e que nos honram com suas presenças nesta Casa de Leis, retratando a verdade, o trabalho do Deputado, a responsabilidade do Deputado, aquilo que o Deputado realmente faz, aquilo que o Deputado é, o elo de ligação entre o pobre, o humilde, o homem do Interior e o Governo do Estado, um Governador, na maioria das vezes, composto por

pessoas que têm a sensibilidade do político, do vereador, do prefeito, do deputado estadual, do deputado federal, do senador, do governador. E nós precisamos nos fazer em 10, ter uma equipe de assessores nesta Casa, os mais mal pagos do Estado do Paraná que se diga em alto e bom som, que trabalham 24 horas por dia, fazendo muito mais às vezes que a nossa própria família, que fica abandonada pelo pai, pelo marido em casa, os nossos companheiros funcionários, mal pagos, humildes, trabalhando e procurando, nos 4 anos de um mandato, fazer com que os seus Deputados voltem para esta Casa ou vá para a Câmara Federal, ou vá disputar uma prefeitura, ou uma vice-governança, um governo do Estado. Esta Casa é o pulmão, é o coração do nosso Estado do Paraná e V. Exa, Deputado Eduardo Baggio, foi um irmão, um companheiro, um amigo, um homem sério, um homem digno, um homem honrado, sempre votou com responsabilidade e com consciência e não será um incompetente jornalista, um mau-caráter jornalista que irá desfigurar o seu passado com mentiras assacadas contra V. Exa.

Eu sou solidário a V. Exa, nem que V. Exa. estivesse errado, mas mais uma vez para a nossa honra e para esta Casa, V. Exa. está certo porque é homem correto, digno e honrado. Parabéns, Deputado Eduardo Baggio, e que a sua vida pública continue, talvez em Paranavaí, talvez voltando a este Parlamento quando amanhã nós talvez aqui não estivermos mais porque V. Exa. é jovem, é competente e inteligente, e este Paraná precisa de homens de caráter e de seriedade porque de demagogos, de aproveitadores, de elementos que caíram de pára-quedas neste Estado, que aqui não têm propriedade, que aqui não residiram, que aqui não têm profissão, que aqui não têm nem um ente querido enterrado no solo paranaense, como pode ser esse jornalista, que eu não sei quem é e, graças a Deus, não quero saber. Mas, fica a nossa palavra registrada nos Anais desta Casa, da nossa solidariedade a V. Exa, que é digno e que honrou este Parlamento nos 8 anos que aqui esteve.

Muito obrigado, e que Deus lhe acompanhe na sua vida porque o Paraná muito lhe deve e vai precisar da sua competência.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Eu agradeço as palavras do nobre Deputado e quero aproveitar esta oportunidade para fazer um agradecimento a todo o corpo de funcionários desta Casa que, ao longo desses 8 anos, nunca me faltou com a sua lealdade e com o seu respeito. Agradeço de todo o coração a esse corpo de funcionários que esta Casa abriga, fazendo com que dê andamento e este Parlamento possa encaminhar. Agradeço também aos meus funcionários do

meu gabinete, deixando aqui de público registrado nos Anais desta Casa o meu agradecimento por todo o trabalho que fizeram e a dedicação que tiveram para comigo ao longo desses 8 anos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Apenas para cumprimentá-lo, Deputado Baggio, eu que, V. Exa. residi na sua base, no seu município base, Paranavaí, nossa família proprietária das emissoras de rádio naquela oportunidade e, ao lado de V. Exa., eu posso testemunhar o seu trabalho para com a comunidade universitária de Paranavaí, para com os moradores de Paranavaí, no Noroeste do Estado.

Sei que V. Exa. também se cansou durante os 8 anos que aqui esteve; pelo seu trabalho, pela sua dedicação, eu não tenho nenhuma dúvida que V. Exa. sai deste Parlamento com a cabeça erguida, fazendo um partido, o PDC, que tenho certeza V. Exa. trabalhará muito para consolidá-lo no Estado do Paraná e, por outro lado, trabalhando ativamente na atividade empresarial aqui em Curitiba, lá em Paranavaí.

Esta Casa oferece ao Estado do Paraná, um governador que passou por aqui, um vice-governador que é Deputado Estadual conosco. Por isso não tenho nenhuma dúvida de que o Noroeste do Estado, esquecido durante tantos anos será lembrado mais como a pujança daquela gente e a liderança também de V. Exa. lutando ao lado dos empresários, da Associação Comercial, Sociedade Rural para que Paranavaí não seja mais esquecida como outras regiões do Estado do Paraná.

Parabéns a V. Exa. Volte com a consciência tranqüila para o seu lar, para o aconchego de sua família, dedique-se mais aos seus filhos e à sua família e eu tenho certeza absoluta que V. Exa., um dia, se for da vontade de Deus, voltará para este parlamento, mas com o objetivo primeiro de ser candidato, o que V. Exa. não quis nessa oportunidade.

Parabéns pelo seu trabalho, não só pelos quatro anos em que convivemos, mas pela pessoa humana, sincera, honesta, um homem sério, digno e capaz e pelos quatro anos que V. Exa. também emprestou ao Estado do Paraná, quando eu ainda era vereador e não deputado estadual, ao lado do Deputado Alborghetti lá em Londrina que era vereador na cidade de Londrina e nós de Maringá e outros tantos deputados que vieram para esta primeira legislatura.

Muito obrigado e nos solidarizamos também com V. Exa. já que quando 2º Secretário, implementamos uma medida moralizadora nesta Casa, mandamos mais de quinhentos funcionários embora, Deputado Anibal Khury, 1º Secretário, Deputado Antônio An-

nibelli, Presidente desta Casa, valorizamos os funcionários e pretendemos valorizá-los ainda muito mais, porque como disse o Deputado Annibelli, é uma vergonha o que recebem, infelizmente ainda, os funcionários da Assembléia Legislativa, árdios defensores de seus Deputados e deste Parlamento.

Obrigado Deputado pelo aparte.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Agradeço as palavras do Deputado Lindolfo Júnior. Mais uma vez, meu muito obrigado pelo convívio com Vs. Exas., meu muito obrigado à Mesa Executiva, pelo trabalho que tem feito para que esta Casa continue singrando nos caminhos certos, fazendo com que este Poder se mantenha ativo e vivo e não um Poder "sub-judice" ou subjugado de outros poderes. Vamos fazer com que o Poder Legislativo seja um Poder respeitado, como são os demais.

Meu muito obrigado, meus nobres deputados. Até qualquer dia. Vamos continuar convivendo não dentro do Parlamento, mas dentro daquela amizade da qual nós construímos no decorrer desses oito anos.

Até logo.

Meu muito obrigado. Até qualquer hora. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Eduardo Baggio, ao se despedir desta Casa, creio que por um mandato só, a Mesa quer dizer a V. Exa. que se sentiu honrada de ter um deputado com o caráter e a dignidade de V. Exa. exemplo para todos nós parlamentares, pela sua lhanesa, pela sua sinceridade, pelo seu valor como técnico que muito contribuiu para que esta Casa tivesse êxito durante os mandatos que V. Exa. nos honrou. A Mesa quer dizer a V. Exa. que se sente honrada e lamenta a sua ausência nesta Casa.

Parabéns e felicidades na nova vida, Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Rubens Bueno, Basílio Zanusso, Luciano Pizzatto e Algaci Túlio, constante do expediente, comunicando a ausência na sessão plenária de hoje, devido ao deslocamento a Brasília, quando, integrando a Comissão Interpartidária que estuda o Sistema Financeiro Estadual, a mes-

ma ouvirá a Diretoria do Banco Central. Justifique-se a ausência.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da lei 9.391, de 03.10.90. Aprovado. (Publ. no DA. n° 139, de 19.11.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 587/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 206/90), que altera a tabela de salários de pessoal regido pela CLT, integrante do grupo Atividade Aviação, da Divisão de Transporte da Casa Militar da Governadoria do Estado. Aprovado. (Publ. no DA. n° 143, de 27.11.90).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 641/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 230/90), que autoriza aquele poder a alienar o imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Candói, município de Guarapuava, de propriedade da extinta PARANATUR e integrante do patrimônio da FESTUR. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, estou encaminhado à Mesa um requerimento de minha autoria, solicitando a retirada deste Projeto da Ordem do Dia. Mesmo porque este projeto é antigo, deu entrada nesta Casa há alguns meses. Hoje o Candói nem mais distrito é. Candói já é município. Penso eu que teríamos que ouvir a comunidade de Candói, do novo município de Candói para ver o que pensa sobre esta autorização para privatização.

Estou batendo o requerimento e gostaria que V. Exa. colocasse em votação.

O PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aguarda o requerimento de V. Exa. e segue com a votação das demais matérias.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/91, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 001/91), que dispõe sobre a adoção de normas legais com vistas à construção de uma ponte sobre a baía de

Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES e outros, que acresce parágrafo único ao artigo 1° da Lei n° 8.521, de 06.07.87, modificado pela lei n° 9.114, de 10.11.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, estranho que esteja na Ordem do Dia um projeto desta natureza, que já causou até a derrota de um candidato ao Governo do Estado. É o famoso bingão que está de volta e, desta vez, com o beneplácito da Assembléia Legislativa do Estado.

Já chega o que se fez à população do Paraná os promotores do famoso bingão. Agora está tentando, esta Casa, reeditar a edição do bingão. Por isto vou votar contrariamente e alerto aos Srs. Deputados: este projeto dá autorização legal para a promoção do famoso bingão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, faria um apelo à Mesa, se possível, se necessário através de um requerimento nosso, consultaria à Mesa sobre a possibilidade da retirada deste projeto por dez sessões. Consulto o Presidente se há esta viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com a solicitação do Líder da bancada do PMDB, Caíto Quintana, seria retirado por uma sessão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Faria um apelo ao Líder do Governo que uma sessão não seria suficiente para que os Deputados tivessem condição de analisar a profundidade, e a repercussão até, deste projeto que teria o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná.

Vivemos um episódio recentemente que levou o povo do Paraná ao descrédito em relação ao bingo e acho que não podemos puxar uma responsabilidade, à Assembléia Legislativa do Estado, através de um projeto. É evidente que cabe a nós criar uma comissão de Deputados para fazermos uma avaliação mais profunda para que isto venha ao encontro das entidades filantrópicas do Paraná. Para isto deve haver uma

regulamentação mais segura, para evitarmos qualquer problema futuro.

Faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, dando um prazo de dez sessões, ou então submeteríamos à votação em plenário.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Faço um apelo que votemos contra o tal projeto, porque está claro que é matéria que altera o Código Penal e matéria de Código Penal é competência exclusiva da União. Não somos ainda o Congresso Nacional para legislar sobre autorização de clubes para realização de jogos de azar, como é o caso do bingão.

Então, por isso, a única forma melhor seria votar contra tal iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto retirado por duas sessões.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu solicitei a Vossa Excelência e ao Líder do Governo da viabilidade por 10 sessões. Se Vossa Excelência não entende o nosso pedido gostaria de que colocasse em votação o meu pedido por 10 sessões e do Líder do Governo por duas sessões. Porque se fosse assim eu entraria com uma emenda pois entendo que já é inconstitucional para então abrir os cassinos do Paraná, em Foz do Iguaçu e em outras regiões as quais quisessem explorar. Então solicito ao Sr. Presidente que coloque em votação o pedido do Líder do Governo por duas sessões e eu coloco o meu pedido por 10 sessões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já havia combinado com a liderança do Governo; mas já que Vossa Excelência insiste a Mesa aguarda o seu requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Encaminharei a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enquanto isso votaremos as outras matérias.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 635/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede o pagamento integral do 13° salário aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado (IPE). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 635/90
COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o plano de lei em tela tem por objetivo conceder o pagamento integral do 13° salário, aos pensionistas do IPE - Instituto de Previdência do Estado.

Trata-se de uma medida justa e oportuna, tendo em vista a situação lamentável e crítica em que se encontram os aposentados deste País, especificamente os do Paraná, que recebem somente sessenta por cento pois correspondente do salário então recebido pelo cônjuge.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente, sendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 635/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

RAUL LOPES - Relator.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Leitura da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Procede à leitura da referida emenda) "Fica o Poder Executivo...".

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a emenda é do projeto de autoria do Deputado Rubens Bueno?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, já tínhamos firmado posição a respeito quando solicitamos a retirada da Ordem do Dia. Creio que esse projeto que está sendo votado no período extraordinário e por esta razão não tem parecer de Comissões e nem de Comissão Geral porque o Plenário já é Comissão Geral, o projeto é profundamente inconstitucional embora seu mérito seja louvável. É inconstitucional porque deixa muito claro ao dizer que criação ou extinção de cargos e questão salarial é de exclusiva competência do Poder Executivo. Por esta razão nós votaríamos contra ou requeriríamos à Mesa que encaminhasse ao Executivo como sugestão para uma mensagem para passar por um vício de inconstitucionalidade, senão estaremos caindo num veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda é autorizatória.

Se o Plenário rejeitar o projeto e a emenda, a Mesa encaminhará como sugestão.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. Rejeitada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o projeto. A Emenda já está rejeitada.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se

Dezessete (17) Rejeitam.

Quinze (15) aprovam.

Está Rejeitado o Projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito, embora verbalmente de Vossa Excelência que encaminhe o projeto, embora rejeitado pelo Plenário ao Executivo, como sugestão para que se corrija os vícios de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 636/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que concede gratificação aos funcionários do Sistema Penal do Estado, pelo exercício em determinadas zonas ou locais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 636/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade conceder gratificação por exercício em determinadas zonas ou locais aos funcionários do Sistema Penal do Estado, conforme especifica.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.01.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

NELSON VASCONCELLOS - Relator.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Pelas mesmas razões Sr. Presidente, o projeto também do Deputado Rubens Bueno, peca no mesmo vício de constitucionalidade,

de, pelo qual nós solicitamos também que se derrotado o projeto, seja encaminhado como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o Projeto.

REJEITADO.

Em votação a Emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro a leitura da Emenda Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aliás a Mesa faz uma retificação. Rejeitado o projeto, a emenda está prejudicada, sobre o Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - O PT agradece.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E a Mesa retribui.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que autoriza o Poder Executivo a fixar percentual para a taxa de esgoto. (Publ. no D.A. n° 150 de 04.12.87).

Em votação o projeto. Rejeitado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para encaminhar) - Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o projeto de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior.

14 Srs. Deputados aprovam

17 Srs. Deputados rejeitam

REJEITADO.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para justificar) - Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o projeto que o PMDB acaba de derrubar, iria atender inclusive, uma promessa e um compromisso de campanha do Governador eleito Roberto Requião.

Esteve em Maringá e lá ouviu da Associação dos Síndicos de Maringá, sobre o absurdo que é a cobrança da Taxa de Esgotos no Estado do Paraná.

Vale lembrar, que o Paraná é o Estado que cobra a mais alta taxa de água desse País, e nós pagamos 100% da taxa de esgotos. O nosso projeto vinha corrigir uma distorção e um compromisso do Governador eleito Roberto Requião, que assumiu esse compromisso com o povo de minha cidade e com o Estado do Paraná, como assumiu o compromisso também, de "quem plantar milho, vai pagar com milho", e isso acho até que começa a se tornar uma balela, porque é muito fácil fazer promessa na hora da campanha, tendo estrutura fortíssima, gastando dois milhões de cruzeiros por dia de

helicóptero, dinheiro do povo do Estado do Paraná, para acontecer o que acontece nesta Assembléia. Todos dizendo "amém" e se esquecendo daqueles que elegeram os Parlamentares do Paraná.

Todos nós somos conscientes de que não precisamos mais de 9% da taxa de água para reaproveitarmos e limpamos este esgoto do Paraná.

Agora, nós não admitiremos, Senhor Presidente, nós conseguimos garantir na Constituição do Paraná, a participação popular, e nós sairemos por este Estado, colhendo assinaturas e trazendo o povo para esta Casa, no ano que vem para que os Deputados, novos Deputados, votem com o povo do Estado do Paraná.

É por isso que o povo dá a resposta dos votos brancos e nulos: pela falta de coerência. Porque vem ano, sai ano e a situação do povo piora.

Vem eleição, vai eleição, e a situação da população piora cada vez mais!

Em Minas Gerais, a taxa é mais barata! Goiás, a taxa é mais barata! São Paulo, a taxa é mais barata! Por que então, "enfia a faca" nas costas do povo paranaense, cobrando esta tarifa absurda, abusiva e irresponsável, que cobra o Estado do Paraná?

Onde é que estão as obras? Onde é que está a mudança da "lagoa de estabilização", que de forma política, foi assinada agora, em Maringá, numa perseguição ao Prefeito Ricardo Barros? Um jovem que tenta acertar, na minha Cidade, mas que é perseguido pelo Governo do Estado.

Nós não admitiremos, Senhor Presidente, Maringá vai se levantar! E Maringá não vai aceitar mais a discriminação que acontece por parte do Governo do Estado!

De um homem que tem uma família que tem vergonha de dizer que ele é Governador!

Por Maringá, porque ele nada fez pela nossa cidade, nada fez pela nossa gente.

Eu lamento que não tenha aprovado este Projeto e agradeço a Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, porque Vossa Excelência colocou este projeto.

Mas, infelizmente, falou mais alto a insensibilidade, de votar contra o povo, de votar contra, principalmente, aos assalariados do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Peço para justificar meu voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para justificar seu voto, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para Justificar), Senhor Presidente, não só os De-

putados, os funcionários desta Casa, bem como o povo do Paraná, conhecem as demagogias do ilustre Deputado Lindolfo Júnior.

Critica o Governador eleito, Roberto Requião, que assumiu o compromisso, na sua Cidade de Maringá, com relação às tarifas da rede de esgoto. Já cobra do Governador Roberto Requião, que ainda nem tomou posse, no Palácio Iguaçu.

Afirma que o Governador eleito não vai cumprir as promessas feitas em campanha.

Eu quero dizer que acredito nas promessas do Governador Roberto Requião.

Primeiro, que além dos compromissos com o povo do Paraná, existem compromissos com o nosso Partido, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e com os Deputados Estaduais e Federais eleitos.

E, eu diria ao ilustre Deputado Lindolfo Júnior que discordo com a colocação de que a família Dias tem vergonha de dizer que Álvaro Dias é Governador do Paraná.

Isto não procede. Isto é uma verdadeira inverdade, Deputado. Isto é desespero de quem já está deixando a Casa por que não teve o peito de partir para uma reeleição, mas teve o peito de ser candidato ao Governo do Paraná, e abandonando o PL no meio do caminho, abandonando os companheiros fugiu da responsabilidade com o povo do Paraná!

E quem foge da responsabilidade, Deputado Lindolfo Júnior, não tem autoridade para julgar, principalmente um Governo como o Governador Álvaro Dias, que não é só um exemplo no Paraná, é um exemplo no Brasil inteiro!

E Vossa Excelência haverá de ver ainda o Governador Álvaro Dias, sendo Presidente da República, e a família dele terá orgulho, como tem de Governador terá do Presidente da República.

Era isso, Senhor Presidente, que nós queremos registrar nesta Casa e dizer ao ilustre Deputado Lindolfo Júnior que aqui eu conheci durante 4 anos, e aqui eu conheci a sua postura, o seu comportamento, quando as galerias estavam cheias de professores, de funcionários públicos, era o primeiro a ir à Tribuna fazer média para arrancar aplausos.

Depois corria ao Palácio Iguaçu, dizer ao Governador Álvaro Dias que ele era o melhor Governador do Paraná, e que era amigo do Governador Álvaro Dias.

Então não tem personalidade para julgar os outros!

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Justificativa de voto).

Senhor Presidente, apenas para justificar algumas afirmativas, não verdadeiras, do Deputado Lindolfo Júnior.

Eu tenho em mãos, ilustre Deputado, uma tabela da tarifa de esgotos celebrados no Brasil.

A SANEPAR cobra no Paraná, apenas 80%. Vossa Excelência se refere ao Estado de São Paulo, a CEBESP, cobra 100%. O Paraná cobra 80%. O Maranhão cobra 100%, o Distrito Federal cobra 100%. Minas Gerais, citado por Vossa Excelência cobra 82%.

Nós somos um Estado que menos cobra a taxa de esgoto.

Ademais a SANEPAR tem uma taxa progressiva, aonde os maiores consumidores, com maior capacidade econômica pagam a diferença para aqueles que menos recebem de tal sorte que o usuário da SANEPAR, 33% menor em relação ao serviço de água, pode requerer, quem ganha até dois salários mínimos e mora em Casa, de até 60 metros.

A nossa posição de voto, Deputado Lindolfo Júnior, nós já tivemos oportunidade de discutir isso no primeiro instante que Vossa Excelência, apresentou.

A SANEPAR, é uma sociedade que opera com a necessidade de se auto-sustentar, se não visa lucro se auto-sustenta pela sua própria configuração jurídica.

Veja bem, não existe isenção, alguém paga a taxa, quando nós isentarmos um setor alguém vai pagar a diferença, porque há um custo para a exploração de água e esgoto e tudo isso está dentro de um processo de saneamento.

De tal sorte que no momento em que se está isentando o esgoto para quem?

Para as pessoas que têm acesso a este benefício de esgoto, obrigatoriamente nas tarifas da SANEPAR terá que aumentar o consumo do custo da água para poder manter o sistema, exatamente para aqueles menos favorecidos que, morando muitas vezes, na periferia ou cidade do Interior que não tem esgoto, teriam um preço maior da água para poder fazer frente à tarifa da SANEPAR.

Por esta razão nós sempre tivemos preocupação, desde a Constituinte com os demais companheiros, serviço público, concessão de serviço público, cada vez que se faz um preço diferenciado, ou se dá anistia para alguém, está-se sobrecarregando em cima do outro que paga, porque ela tem uma planilha de custo para funcionar.

Por esta razão o nosso voto contrário na certeza de que estamos defendendo o interesse dos menos favorecidos para manter o custo da água mais baixo por causa da planilha de custo, do saneamento básico que é feito pela SANEPAR.

Obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de dizer ao Líder do PMDB eu vou encaminhar a ele, aliás já foi encaminhado ao Gabinete de

Vossa Excelência, eu sei que Vossa Excelência cumpre a sua parte como Líder do Governo, e sei que Vossa Excelência acredita nos papéis e nas informações que lhe passam. Eu vou fazer novamente um levantamento e entregar a Vossa Excelência um resumo, um feedback do País, com relação à taxa de água.

Faço questão para que Vossa Excelência tenha consciência de que este que foi o primeiro projeto que o Deputado Lindolfo Júnior apresentou nesta Casa, um projeto de 1987, não é brincadeira, não é demagogia; e quando o Deputado comenta com relação a ter deixado companheiro na mão, eu nunca deixei companheiro na mão, eu nunca bajulei Governador nenhum, aliás, Vossa Excelência estava presente ao lado do Deputado Nilton Barbosa, ao lado do Deputado Djalma, do Deputado Pirajá, do Deputado Artagão, quando eu tive coragem de dizer verdades para o Governador Álvaro Dias, e hoje, naquela época Deputado, hoje Conselheiro, Quiélse Crisóstomo da Silva, fazia um testemunho de que ele nunca tinha tido a oportunidade de ver um Deputado tão corajoso, de dizer verdades, porque ser amigo, Senhor Presidente, não é compactuar não; ser amigo como eu era do Governador Álvaro Dias é ser leal, é ser companheiro, é dizer a verdade, não é ficar dizendo que o cabelo dele está bonito, ou que a gravata dele é do último modelo, ou novinha.

Senhor Presidente, quero deixar bem claro, eu não deixo rabo preso nesta Casa, sempre tive uma posição independente e se briguei com o Governador, se houve qualquer tipo de aresta, foi por causa dele, porque ele não cumpriu um compromisso durante o "plano verão" de conceder os 39% para os Senhores Servidores Públicos do Estado do Paraná, e não eu, ele não cumpriu, e a Bancada acompanhou, mas o Lindolfo Júnior não depende de Governador; eu não dependo de nada, eu nunca tive comando Político, aliás, eu sempre achei isso coisa do passado e disse naquela reunião para o Governador que tempo de coronelismo já acabou e com o Lindolfo não ia ter isso não. A partir daí, começaram a me perseguir e tive que deixar a Bancada do PMDB, decepcionado com a violência de tentar me desligar, de tentar me afastar porque eu era Presidente de três Comissões, pela primeira vez na história um Deputado se elege com a minha idade, 28 anos, e é 2º Secretário da Casa; depois, três vezes, três Comissões, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Defesa, Comissão de Educação e Comissão também de Ecologia e Meio Ambiente. Nós trabalhamos Senhor Presidente, nós deixamos uma marca nesta Casa, uma marca de trabalho; não como Vossa Excelência, Deputado Dirceu Marfrinato, que pagou vinte e cinco milhões

para receber meia dúzia de votos pingados em São Jorge do Ivaí, com que dinheiro? Eu sei que Vossa Excelência não tem esse dinheiro, para pagar principalmente em São Jorge do Ivaí.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu gostaria que extraísse uma certidão da denúncia feita pelo ilustre Deputado Lindolfo Júnior com relação a despesas que eu tive em São Jorge do Ivaí na minha campanha política. Primeiro que eu não sou comprometido com nenhuma empreiteira ilustre Deputado Lindolfo Júnior.

Vossa Excelência, ao sair candidato ao Governo do Paraná, percorreu várias empreiteiras do nosso Estado pedindo apoio financeiro e procurando conseguir um jatinho e um avião menor. Eu não tenho esse estilo na minha vida política, não conheço esse tipo de comportamento do Deputado Dirceu Manfrinato. Vossa Excelência alegou que nunca deixou os companheiros na metade do caminho, então eu vou dizer a Vossa Excelência de que aqui estou há oito anos nesta Casa como Deputado Estadual, eleito pelo desejo da população, sem contar a consciência de qualquer eleitor, e nesses oito anos que permaneço na Assembléia Legislativa e que terei a honra, se Deus quiser, de permanecer mais quatro, com a mesma integridade, com a mesma dignidade; Vossa Excelência apenas quatro anos que aqui conviveu e que convivi ao lado de Vossa Excelência, Vossa Excelência mudou de partido cinco vezes e eu permaneço no meu ex-MDB e permaneço no Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Vossa Excelência traiu cinco vezes os seus companheiros de partido, traiu o PMDB, Vossa Excelência se indispôs com o Governador Álvaro Dias, foi pelo desejo de ser Prefeito de Maringá, mas pelas pesquisas, foram analisadas que Vossa Excelência não teria condição nenhuma de se eleger mais nem Vereador de Maringá, e, Vossa Excelência por sinal, faz uma dupla muito importante em Maringá, que é Vossa Excelência e o atual Prefeito Ricardo Barros. Tanto Vossa Excelência como o atual Prefeito possuem a mesma irresponsabilidade, que hoje Maringá está pagando um preço muito alto, por errar nas urnas e escolher um Prefeito que tem a mesma opinião de Vossa Excelência. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, pela ordem, porque eu não posso deixar, de deixar a minha cidade ser citada sem ficar calado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente. Ninguém pode pedir palavra pela ordem mais de uma vez sobre o mesmo assunto. Em

segundo lugar Vossa Excelência está sendo benevolente como sempre foi, mas, a palavra pela ordem é quando há um não cumprimento do Regimento Interno. Nós estamos transformando a palavra pela ordem, para uma discussão lateral, nada tendo a ver com a matéria que foi votada.

Eu gostaria que Vossa Excelência desse continuidade à Ordem do Dia, porque nós temos que votar inclusive o Regimento Único que está aqui, o Projeto de Resolução desta Casa, que é do interesse dos funcionários da Casa para regulamentar a função, senão daqui há pouco Deputado Lindolfo Júnior, nós estaremos com o Plenário vazio.

Eu solicito a gentileza de Vossa Excelência, não sendo deselegante, que Vossa Excelência se inscrevesse em explicações pessoais e nós votássemos pelo menos a pauta, para adiantarmos o trabalho.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu agradeço, apenas para encerrar Senhor Presidente, a benevolência do Deputado Anibal Khury e entendo mais uma vez...

E é muito fácil assumir um compromisso antes da votação e votar contrário, como fez o Deputado Dirceu Manfrinato também, que sabe da injustiça da cobrança da água da SANEPAR, e vota contra o seu povo, também de Cianorte.

Vossa Excelência disse que não tinha condições de ser Prefeito. Vossa Excelência jogou todo o dinheiro que tinha, e não conseguiu ganhar do nosso candidato, lá em Cianorte. Veio sem dinheiro e sem...

(Vozes paralelas).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está transgredindo o Regimento Interno desta Casa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu não estou transgredindo nada. Apenas estou desafiando, porque o povo precisa saber... (Retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai justificar a tolerância que teve com o nobre Deputado Lindolfo Júnior, porque mandou traduzir uma expressão que eu não sei bem o que era, nós estamos traduzindo o tal de "feedback".

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/91, de autoria da Comissão Executiva, que aplica o disposto na Lei Federal nº 8.112, de 11.12.90, no que couber, aos servidores do Poder Legislativo. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:
Art. 1º - Aplica-se aos Servidores do

Poder Legislativo, no que couber, o disposto na Lei Federal n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.01.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/91, de autoria do Deputado Acir Mezzadri e outros, que corrige tabelas do Regimento de Custas previstas nas leis n°s 6149, de 09.09.70 e 8678, de 22.08.87 e dá outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 002/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam majoradas no percentual de 70% (setenta por cento) o valor do VRC (valor de referência de custas) previsto nas tabelas estabelecidas pela Resolução de n° 01/90 do Poder Judiciário.

Art. 2° - Ratifica-se a Resolução Normativa n° 01/90 do Poder Judiciário.

Art. 3° - No art. 20 da Lei n° 7567 de 12/01/82, suprima-se a palavra semestralmente.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.01.91.

(aa) ACIR MEZZADRI

DAVID CHERIEGATE

NELSON VASCONCELLOS

NILTON BARBOSA

JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

As custas das tabelas indexadas, foram previstas para vigir em março de 1990. Até esta data não foram corrigidas. No período a variação inflacionária, pelo índice oficial do IPC / IBGE, atingiu o percentual de 1.794,84 (Dez. 90). O salário mínimo em março/90 que era Cr\$ 3.674,05, passou a ser em janeiro/91 de Cr\$ 12.325,59, mais o abono previsto em medida provisória do Governo Federal. O BTN que era em março/90 29.5399, passa em janeiro/91 para 105,5337. Índices que por si mesmos justificam reajustes das custas das tabelas previstas, para fontes de custeios das serventias de justiça.

Deputado Dirceu Manfrinato requer a retirada por dez Sessões do Projeto de Lei n° 611/90. Em discussão. Em votação. Aprovado.

Deputado Artagão Mattos Leão retirou o requerimento n° 641/90. Vou submeter à votação. Sobre o mesmo há uma emenda. Em votação a emenda do Deputado Rubens Bueno. Senhores Deputados que aprovam a emenda,

queiram conservar-se como estão. APROVADA a emenda e em votação o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem, Senhor Presidente).

Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á à chamada nominal.

O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(O Senhor 1° Secretário, Deputado Werner Wanderer, procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1° SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada 34 (trinta e quatro) Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Deputado Rubens Bueno conservem-se como estão. REJEITADA.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual foi o resultado, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não foi solicitada a verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requeiro, então, neste momento, a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - É matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se. 08 (oito) aprovam.

O Senhores Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se. 22 (vinte e dois) rejeitam. REJEITADA.

Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu gostaria que consignasse em Ata o meu voto contrário à aprovação do projeto.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu também quero consignar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está

APROVADO o projeto.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 113029, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.
- Requerimento de n° 113034, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.
- Requerimento de n° 113036, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.
- Requerimento de n° 113035, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.
- Requerimento de n° 113027, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.
- Requerimento de n° 1113025, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado.
- O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o referido projeto trata de que?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requer, após ouvido o Plenário inclusão na Ordem do Dia... Royalties.
- O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 113026-A, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado.
- O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro verificação de votação.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.
- Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.
- 14 aprovam.
- Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.
- APROVADO O REQUERIMENTO.
- O SR. PEDRO TONELLI - Não tem número, Senhor Presidente.
- São só 14 votos.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse golpe já é muito antigo.
- O SR. PEDRO TONELLI - Qual foi o resultado, Senhor Presidente?
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 14 a 14.
- O SR. PEDRO TONELLI - Então empatou.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi aprovado.
- O SR. PEDRO TONELLI - 14 a 14, não aprova, Senhor Presidente.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mas e o voto de Minerva, ilustre Deputado.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está sendo bastante tolerante. Se Vossa Excelência quiser nós vamos proceder à verificação de votação outra vez.
- O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro para desempatar.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.
- 30 Senhores Deputados aprovam. Está aprovado o requerimento.
- 2 rejeitam.
- Requerimento de n° 113031, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado.
- A Mesa vai examinar se estiver em condições amanhã estará na Ordem do Dia.
- Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.
- O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria apenas de uma informação de Vossa Excelência para amanhã com relação ao nosso projeto, mais um compromisso de campanha do Governador eleito, de isentar os produtos componentes da cesta básica, o prazo vence dia 9 para Sanção ou Veto.
- Eu gostaria de saber se o Governador Álvaro Dias cumpriu o compromisso do seu candidato a Governador ou se vai mais uma vez, porque passou a eleição descumprir.
- O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - ...Eu requeiro à Mesa que faça um estudo, se possível, incluir na Ordem do Dia a apreciação de um Veto de Sua Excelência o Senhor Governador, é um projeto que foi aprovado, de minha autoria, que regula a publicidade oficial no Estado do Paraná e que foi vetado pelo Governador Álvaro Dias. Então eu estou requerendo da Mesa que faça um estudo da possibilidade de incluir neste período extraordinário esse veto do Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Veto será incluído na Sessão de amanhã.

Deputado Lindolfo Júnior, a Mesa vai examinar a correspondência com o Governo do Estado a respeito do Projeto de Vossa Excelência e amanhã dará as informações que se fizerem necessárias.

3.^a Discussão do Projeto de Lei...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Apenas na hipótese do Governador ter vetado o projeto aprovado por esta Casa, diga-se de passagem, por unanimidade, que Vossa Excelência fizesse constar também amanhã na Ordem do Dia para que possamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Amanhã nós vamos responder a Vossa Excelência. Se ele devolveu nós colocaremos na Sessão seguinte.

A Mesa comunica à Casa que tendo em vista matérias ainda que precisam ser incluídas na Ordem do Dia, convoca os Senhores Deputados para mais três sessões do

período de convocação extraordinária, sem direito à ajuda de custo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 323/89
e do Projeto de Lei n° 02/91
e do Projeto de Resolução n° 02/91

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 05/91
e dos Projetos de Resolução n°s 03/91
e 04/91.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 09/91.

Levanta-se a sessão.